

Então, que se delibere se estamos de acordo, se atende a essa CPI, ou não. Acho que é o melhor caminho, porque senão, a gente vai ouvir todas as operadoras falarem a mesma coisa e a gente vai ficar aqui. A gente precisa ouvir os outros.

A SRA. LUCINHA - Presidente, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.

A SRA. LUCINHA - A CPI tem um prazo. Se deixarmos essa Comissão de Trabalho se estender pelo tempo necessário para eles, vai passar o prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito e não vamos sair desse impasse. Então, que seja criado um grupo de trabalho, entre as operadoras, junto com a Defensoria Pública, Ministério Público e outros setores da Secretaria de Segurança, da Secretaria da Polícia Civil, que eles consigam discutir entre si, o mínimo necessário para poder aperfeiçoar a questão dessa demanda e que a gente possa colocar essa linha em prática. O que falta é colocar em prática, e depende das operadoras, porque sua lei deu a importância necessária para que se possa discutir, ampliar ainda mais a base de dados de informação para a sociedade, das crianças desaparecidas. Nada mais justo que as operadoras, que já fazem esse trabalho cotidianamente, porque a empresa ganha para isso, que elas também possam contribuir com o Poder Público, no caso, com o Estado e com o Parlamento Fluminense. Então, temos que dar um prazo mínimo para eles poderem se ajustar, porque senão, passa o prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito, e ainda se estar discutindo.

O maior problema que vejo, Deputado Alexandre Knoploch, já estou nesta casa há bastante tempo, já estou no terceiro mandato, então, conheço um pouco de perto que quando se cria um programa de trabalho, aí se vai, vai, vai e quando chega no final da CPI é que se apresenta o relatório. Para evitar isso, que esse grupo de trabalho se reúna, que tenha a participação do Ministério Público, da Defensoria Pública, da FIA, dos demais órgãos que fazem parte, para que, quando se apresente a esta CPI, já chegue uma coisa enxuta, Daniel, para que a gente possa desdobrar. Então, vamos dar celeridade na questão que temos que abordar, que é a do desaparecimento das crianças do nosso Estado.

O SR. DANNIEL LIBRELON - Até porque temos, nesta CPI, várias outras pautas que precisam avançar, mas só mediante ao posicionamento das operadoras no cumprimento dessa lei. Então, existem os conselheiros tutelares, que vão ser convocados, existem muitas outras pautas. Devido a essa CPI ter seu prazo, a gente não pode perder a finalidade e nem tão pouco deixar ela passar despercebida nesta Casa, e fazer com que a gente possa relatar uma forma efetiva e prática para solucionar, estancar esse problema no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Então, acho que a gente pode deliberar, já na quarta-feira de manhã, eles enviarem uma proposta. É óbvio que também, Deputada Lucinha, que o interesse é deles de fazer porque se até o final da CPI - o nosso Relator está aqui - se não tiver uma proposta ativa deles, o Relator vai pôr isso, e depois eles que se entendam com o Ministério Público quando for o indiciamento para lá.

A gente tem os nossos mecanismos para poder acelerar, mas acho que vai ter a boa vontade deles.

Dr. Guilherme, a gente vai deliberar aqui. Depois, se os senhores quiserem falar...

Deputada Renata acabou não votando.

A SRA. RENATA SOUZA - Sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputada Renata, favorável.

Deputado Relator, Danniell Librelon?

O SR. DANNIEL LIBRELON - Favorável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputada Lucinha?

A SRA. LUCINHA - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Eu também sou favorável, 4 a zero.

Dr. Guilherme, por favor.

O SR. GUILHERME SALLES - Sr. Deputado, reitero o nosso reconhecimento da importância dessa política pública aqui implementada. A gente ouviu com toda a atenção e, mais uma vez, pela terceira vez, aqui nessa tribuna, reforço o nosso comprometimento. Estamos aqui, o time completo, para poder dar o fiel cumprimento à lei. Quero lembrar que, antes de sermos empresas privadas, somos prestadores de serviço público. Temos uma função social que vai além daquela empresa que explora atividade econômica. Temos todo o interesse no cumprimento das leis, dos decretos e toda a regulamentação do Estado.

A questão da (não compreendido) técnica, que a gente traz aqui, infelizmente, a gente não consegue decidir nesse detalhe, por isso a importância desse grupo de trabalho. Eu queria chamar a atenção também, porque a Deputada Lucinha falou em provocar a Anatel; ela já foi provocada. Em março deste ano a Anatel foi provocada e opinou pela desnecessidade do cumprimento da lei, por carência de regulamentação. Então, se fôssemos cumprir a lei, a gente já estaria fazendo uma atuação no sentido contrário ao que determinou nossa Agência Reguladora. E a gente não está dizendo que a Agência Reguladora tem o status acima, ou abaixo deste Parlamento; antes, pelo contrário, a gente entende que o interesse aqui é o de solucionar para não perdermos o foco, que são as dores dessas famílias que a gente precisa amenizar e dar uma esperança. Temos nós, prestadores de serviço de comunicação, os meios, e poderemos vir a achar uma solução comum. Temos todo o interesse.

Sobre a questão da lei estar vigente há quatro meses, pois bem, a lei realmente foi aprovada em janeiro, mas ela foi regulamentada em março, então, a gente pode até entender que se esse regulamento só veio em março, que ele estaria vigente desde março. Só que, conforme eu já disse aqui, corroborado por meus ilustres colegas, no Decreto, infelizmente - a gente pode demonstrar isso nesse grupo de trabalho que o senhor está estabelecendo um prazo para a próxima semana - há inviabilidade, que a gente precisa... então, a gente pode tirar o termo "inviabilidade técnica" para achar outros caminhos que levem ao fiel cumprimento da lei, que é o nosso total interesse.

Reitero nossa função social, prestadores do Serviço Público, temos a total responsabilidade e nos sensibilizamos muito com a situação de calamidade que o Estado se encontra.

Creio que esgotei as considerações, mas sigo aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Então, a gente fica aguardando. Eu ia estender a palavra as outras operadoras, mas peço desculpas. A gente tem que terminar a CPI até o início do nosso plenário. A gente pede, por favor, que os senhores se organizem e tragam, até a próxima quarta-feira, de manhã.

A gente pode deliberar depois, mas vou pedir já para a gente intimar já a Anatel. Engraçado que a Anatel está fazendo algo parecido com a ANP na CPI dos *royalties* e depois que a gente chamou aqui, eles mudaram, impressionante. Mas, enfim, vamos também deliberar para a gente poder convocar a Anatel.

Como vota a Deputada Renata?

A SRA. RENATA SOUZA - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado Danniell Librelon?

O SR. DANNIEL LIBRELON - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputada Lucinha?

A SRA. LUCINHA - É importante isso, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Então, 4 a zero. A gente convoca a Anatel para prestar as informações devidas.

Agradeço a participação.

Sr. André, vou só liberá-lo. E a gente, em seguida fala, porque a gente tem que provar também o Dr. Uriel, da Defensoria, para a gente poder acelerar.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA CRUZ - V. Exa. pode me permitir uma contribuição?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA CRUZ - Com relação a essa questão tecnológica que o Dr. Cleber colocou, a API na web não é minha área de atuação...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Por favor, fale um pouco mais alto.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA CRUZ - Existe o ambiente homologação, a imagem é (não compreendido) ou seja, é algo plenamente utilizável, não tem nenhum tipo de questão. É possível colocar, deputado, e aí é preciso avaliar essa questão e colocar isso na delegacia e ter um modelo único de comunicação, se for o caso, mas, enfim, nós utilizamos lá no Ministério Público o sistema nacional de localização e identificação dos desaparecidos, então é uma plataforma que, eventualmente, no futuro, se os senhores encontrarem essa questão em outros estados a solução tecnológica vai estar resolvida. Mas, enfim, depois falamos mais sobre essa questão. Mas é uma API, tem um ambiente de homologação, eu poderia disponibilizar login e senha no ambiente de homologação para que isso tecnicamente fosse superado. Acho que as outras questões serão discutidas, mas tecnicamente seria superado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Obrigado, Sr. André pela ajuda e mais uma vez pelo Ministério Público sempre ...

Por favor, Jovita, pois não. Bom dia.

A SRA. JOVITA BELFORT - Bom, bom dia a todos, aos deputados e deputadas. Eu acho que nesse grupo de trabalho tanto a FIA quanto a Superintendência deveriam estar também, porque fazem parte justamente dos grupos de trabalhos de pessoas desaparecidas do estado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Eu acho que é possível. Eles vão levar essa proposta, vão fazer a proposta deles, e quando chegar aqui a gente delibera entre a gente. Acho que é pertinente pôr a FIA, pôr a Superintendência. Também é importante a gente não perder o escopo do grupo que é viabilizar o processo.

Às vezes, muitas informações até de membros que não sejam técnicos podem criar muitas informações para eles, mas eu acho pertinente sim. A FIA a gente pode deliberar e, logo em seguida que vier essa proposta, a gente sentar com a FIA, com a Superintendência, e ver como é que a gente faz isso.

A SRA. JOVITA BELFORT - Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Agradeço a Conexis, a Vivo, Tim, Claro, a Oi. Dr. Elton, me desculpe, acabei não citando o senhor, porque não marquei aqui, mas obrigado pela presença.

A gente se coloca à disposição e os senhores estão dispensados. Uma boa tarde a todos vocês.

Vamos passar agora a palavra para o Delegado, Dr. Uriel Alcântara. Aliás, Dr. Uriel já foi delegado lá da minha área, da Tijuca, fez um excelente trabalho. Seja bem-vindo, Dr. Uriel.

Doutor, a gente tem visto uma crescente de casos de crianças desaparecidas na Baixada Fluminense, onde é sua circunscrição, e o caso mais emblemático, sem dúvida, é dos três meninos de Belford Roxo. A gente viu, inclusive, há pouco tempo, uma grande operação em comunidades próximas, em que foram presas 16 pessoas, mas parece que não conseguimos chegar a informações concretas do paradeiro dessas crianças. Eu gostaria, por favor, que o senhor dissesse um pouquinho como é que é a estrutura da DHBF e como é que hoje, de forma bem resumida, está o caso dessas três crianças. Bom dia.

O SR. URIEL ALCÂNTARA MACHADO NUNES - Bom dia a todos.

Só complementar a discussão anterior rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.

O SR. URIEL ALCÂNTARA MACHADO NUNES - Eu acho que tem que ser importante fazer uma análise, já que é só a DDPA, fazer uma análise para que essas mensagens sejam feitas o mais rápido possível. Então, de repente se canalizar uma única unidade talvez não tenha essa rapidez que acho que é o mais importante na situação.

A Polícia Civil se comunica diariamente com as operadoras, interceptações telefônicas, telemáticas, ERBs, então a gente tem um canal de comunicação diário, de manhã, de tarde, de noite, de madrugada. Eu sei que é uma comunicação, uma plataforma diferente, um custo administrativo para eles, mas a gente tem uma comunicação direta 24 horas por dia, em relação a essas questões. Então, é um ponto para que seja analisado se algo semelhante possa ser criado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Perdão interromper. Se me permite, a gente aqui nas CPIs está acostumado toda vez que vêm os convocados sempre tem uma história. Aliás, o senhor bem conhece, como delegado, que sempre tem uma história, sempre tem um porquê, sempre a culpa não é minha, a culpa é de alguém; é sempre isso. Ai, no decorrer da CPI, eles vão vendo que não tem muita alternativa e as soluções começam a aparecer em passes de mágica.

A Deputada Lucinha já participou de várias e a Deputada Renata também. Elas sabem que isso é normal. A solução vai vir, eu não tenho dúvida.

Então, por favor.

O SR. URIEL ALCÂNTARA MACHADO NUNES - E é importante dar atenção para que essa difusão seja feita realmente de forma imediata. Então, o tramite procedimental das próprias unidades, se isso não for pulverizado, pode ser que ocorra de forma imediata, então você perde a eficácia daquela proposta.

E a gente realmente tem um problema com relação a esse *delay* de encontro de aparelhos porque as famílias se preocupam muito em comunicar o desaparecimento, mas, a partir do encontro, elas esquecem, elas não retornam à delegacia, e a delegacia tem um gasto de energia muito grande indo ao encontro dessas famílias, muitas vezes diligenciando nas próprias residências para que possa, de fato, confirmar o encontro e diminuir uma estatística, porque as famílias deixam de comunicar, deixam de atender telefonema ou não retornam. Então, na prática, realmente existe esse problema.

Aí acho que tem que ser pensada essa questão de celeridade na difusão da informação e a informações principais que são úteis para o início da investigação.

Com relação aos três desaparecidos, é um caso extremamente complexo, não é simples nem difícil. Ele é um caso completamente atípico e muito complexo. As crianças desapareceram, saíram para caminhar. Então a gente teve uma dificuldade muito grande no início de diálogo com as próprias famílias. Eu venho tentando superar isso ao longo do tempo com reuniões individuais - eu com as famílias -; a assistente social Jovita tem ajudado muito nessa interlocução. E, desde o início, a gente tem essa dificuldade.

Então, nós temos três crianças normais que caminham sozinhas, elas não andam só com adultos, como era de início. Elas saem da comunidade e vão até a feira, um percurso de mais de 2km; a comunidade conflagra pelo tráfico de drogas. Há uma atuação difícil. Não é um lugar que você chega para se comunicar com vizinhos. A gente pensou em algum momento, "vamos ver tal vizinho", a gente não vai conseguir chegar lá nessa diligência imediatamente.

Inicialmente, a informação era os próprios amiguinhos, eles estavam brincando de forma natural, nada de errado nisso, e resolveram, por conta própria, ir à feira. E faziam isso com frequência, como caminhavam pela região de Belford Roxo, e desapareceram naquele dia. Foi em um domingo, dia 27 de dezembro. O registro foi... as mães comunicaram na delegacia de homicídios na segunda-feira, por volta de 11 horas, deu início ao registro e à investigação.

Como que funciona o desaparecimento na Baixada Fluminense? A Delegacia de Homicídios é responsável por todo homicídio em 11 municípios, então, circunscrição de 19 delegacias, e é responsável por receber todo registro de desaparecimento de qualquer uma dessas delegacias, dessas 19 delegacias que estão nesses 11 municípios. Então, se foi feito o registro de um desaparecimento no sábado, aquele registro vai chegar na DH quando ele for despachado para a DH, um processo de tramitação hoje virtual - até algum tempo atrás era físico e hoje a tramitação é toda virtual - e vai ter que dar um aceite naquele procedimento, o procedimento ingressou na delegacia para que seja iniciada a investigação.

A delegacia não está aberta 24 horas para atendimento de balcão, ela é uma delegacia especializada de homicídios. O plantão que lá existe ele tem objetivo de atender locais de crime, né? Então, tem um local de crime, a gente vai ter um delegado, policiais, perícia papiloscópica, perícia de local, e aí ela vai nesse local de homicídio em si.

Então, teve início na segunda-feira esse registro. Inicialmente, as buscas por crianças, se a criança sumiu e não voltou, de fato ela sumiu. Um adolescente, boa parte, a maior parte, na verdade, é uma fuga da residência por questões sociais; a maior parte dos desaparecimentos são questões sociais e não relacionadas a crimes.

Aí é o início é aquela questão de buscar. As crianças, em uma tarde, elas estavam em oito lugares distintos, em cinco lugares, e a gente tinha que bater em todos os lugares ao mesmo tempo. Com o passar do tempo, a gente percebeu que precisava de muita informação, com aquela dificuldade de iniciar o diálogo. Muita informação truncada e a gente foi tendo que entender. Porque quando tem um desaparecimento, é a família que vai dizer o perfil dessa criança, o que que ela faz, o que que ela não faz, como ela é e isso vai contribuir para a gente. A gente teve que construir esse raciocínio ao longo da investigação, principalmente nos primeiros momentos. Isso foi muito dificultoso, mas não é o que impediu o desaparecimento ou insucesso da investigação até o momento. Mas isso gera um desgaste de energia que em situações normais a gente não teria.

Diversas possibilidades, diversas linhas foram investigadas. Há pouco tempo houve algumas críticas dizendo que não foi investigada a milícia e é evidente que foi investigada a atuação de milícia no local. Na realidade a gente combate a milícia diariamente, toda semana. E o que se mostrou, não é como a atuação de organização criminosa, seja milícia ou tráfico de drogas com criança, isso é óbvio. Mas com o passar do tempo algumas coisas foram ocorrendo, que a possibilidade do tráfico ter atuado como responsável naquele desaparecimento ganhou peso e ganhou uma necessidade de uma atenção maior. Por uma série de fatos, a questão de um homem torturado, incêndio de ônibus na porta da delegacia e informações, informações de inteligência que a gente recebia, mas que não propriamente elas teriam capacidade de construir peça de informação dentro de um inquérito policial. Ou seja, constituir prova para que a gente possa dizer que aquilo foi materializado. Mas informações de inteligência que a gente recebia, sempre com uma ideia central, uma informação central, e dado periférico, então que as crianças poderiam ter sido mortas em razão de terem pegado dinheiro do tráfico, ou terem subtraído passaro de um determinado traficante que é líder na comunidade, é o gerente da comunidade, e aí iam mudando dados periféricos, mas a ideia central ia se mantendo.

Eu acho que o hoje o momento que tenho... desde então... acho que hoje eu tenho, assim, a informação é sigilosa. A gente não tem, a gente não pode passar exatamente todos os detalhes, mas hoje o momento que eu, na minha visão, de maior expectativa de que essa investigação possa ser concluída. E eu diria que hoje a possibilidade do tráfico ter atuado no desaparecimento é a única linha de investigação.

Hoje, até duas semanas atrás não era, até três semanas atrás não era. Então, a gente materializou algumas coisas que eu acho é o momento de uma expectativa que a gente possa ter um resultado quanto a essa investigação.

Mas foi um caso totalmente atípico. A gente tem uma região que às vezes a gente... eu vi muita comparação. Na verdade, comparação, de repente, de pessoas que não conhecem Belford Roxo. Então a gente tem uma região só no percurso da comunidade até Feira de Areia Branca, obviamente saindo da comunidade, pegando a comunidade, a gente não tem câmera nenhuma. A gente tem barricada nas entradas. Mais de 45, em torno de 45 pontos de câmeras, das quais menos de dez efetivamente registram. E isso é muito comum. Pode parecer também que não é comum, mas é comum. Você tem uma câmera, linkar no registro, mas não armazena imagens, ela só está ali.

Então, assim, você tem um lugar como uma estrutura urbana bem ruim, uma ausência de monitoramento. E a gente teve, final do ano passado, o caso de um garoto sequestrado aqui na Urca, o corpo dele foi deixado em Nova Iguaçu e a gente finalizou a investigação e as câmeras nos locais contribuíram, a câmera do município, a câmera de locais privados. Em Belford Roxo a gente não tem isso. Então, a gente tem crianças que sem aparelho de telefone celular, sem um cartão que a gente possa... mecanismos que ajudam numa investigação para o rastreio. Então, assim, foi uma investigação, um caso muito complexo e atípico. Não simples e difícil; eu diria que é um caso emblemático e que a falta de sucesso não foi falta de empenho, porque todo mundo queria chegar em casa, ligar para a família naquele mesmo momento e dizer que descobriu e que as crianças foram encontradas, isso é óbvio.

Os policiais que trabalham na investigação, eles não são cobrados pela sociedade, eles são cobrados pela sociedade; são cobrados pela própria família: pela esposa, pelo marido, pelos filhos, pela mãe. A mãe que pergunta: "e aí, e as crianças?" Então, você quer levar isso para casa. A falta de sucesso não é a falta de empenho na investigação. Mas é um caso, realmente, atípico.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Dr. Uriel, vou passar a palavra para a Deputada Renata.

Só vou pedir ao doutor, se o senhor puder - que nada que atrapalhe a investigação. A gente aqui também pode exercer o sigilo das informações, mas por favor não precisa passar o que é sigiloso, porque a gente não quer atrapalhar em nada a investigação - se o senhor depois puder pedir aos seus agentes só que faça um breve resumo escrito de como desde o início. Até para a gente passar aqui para os membros da comissão entenderem um pouquinho o caso e até também se espelhar em outros casos que a gente venha a se debruçar só para, realmente, contribuir com a comissão.

O SR. URIEL ALCÂNTARA MACHADO NUNES - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Vou passar a palavra para a Deputada Renata.

Deputada, se não for do seu incômodo, que a senhora presida aqui a comissão. Tenho, infelizmente, que fazer um exame médico rapidamente na Rua México. Sei que a senhora vai dar aqui grande beleza e maestria nos trabalhos.

Obrigado.

Deputada Lucinha, Deputado Danniell Librelon, passo a palavra aqui e a Presidência à Deputada Renata.

(ASSUME A PRESIDÊNCIA A SRA. RENATA SOUZA)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Souza) - Boa tarde, assumo agora, por hora, a presidência desta CPI.

Agradeço a todos aqueles que puderam contribuir até este momento. Agradeço a fala do Dr. Uriel no sentido de apresentar aqui um pouco do parâmetro de como estão as investigações com relação ao desaparecimento do menino Lucas, de oito anos; Alexandre, de dez anos, e Fernando, de onze anos, em Belford Roxo. Esses desaparecimentos, por óbvio, trouxeram para todos nós enquanto sociedade uma preocupação enorme diante dos parâmetros também da condução em momentos de desaparecimento de crianças tendo em vista que são três crianças. Não foi apenas uma criança, o que já seria devastador e absurdo, mas foram três crianças. Efetivamente, isso nos traz aí uma vulnerabilidade também no que tange a uma rede de proteção das nossas crianças. Então, nesse sentido, ressaltar o quanto que o caso é emblemático, vai fazer, agora, seis meses e não temos a conclusão desse processo. Gostaria que o senhor nos revelasse aqui, e desculpe pela minha ignorância, digamos assim, do porquê o caso ter parado direto na Delegacia de Homicídios e não passado pela Delegacia de Paradeiros. Discutir um pouco como é que isso se organiza também em termos de Baixada Fluminense. Acho que é importante para que a gente compreenda.

Para além disso, já que o senhor comanda a Delegacia de Homicídios da Baixada, qual é o índice, hoje, de desaparecimentos? Qual o índice de sucesso na busca também dessas crianças? E, claro, se o senhor puder... Sabemos que a Baixada Fluminense é um local conflagrado, então, nesse sentido também se o senhor tiver alguns dados apontados com relação a desaparecimentos em geral também pode nos ajudar a compreender quantos desses desaparecimentos, na verdade, se revelam mais vulneráveis a essas crianças. Para além disso, gostaria de saber, claro se não for nenhum prejuízo para a investigação que está sob sigilo, como está sendo a relação com a família: qual é o nível de retorno que a família dessas crianças está tendo, porque, evidentemente, a gente está falando de três crianças duas delas, inclusive, de uma mesma família e o quanto devastadas essas famílias estão. Saber pelo menos essa relação com a fa-